RECURSO ESPECIAL Nº 1.815.105 - SP (2019/0141439-8)

RELATORA	**:**	**MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE	:	ALVARO MARTINS GONCALVES
RECORRENTE	:	RAMIRO DOS SANTOS PRIOR
RECORRENTE	:	MARCOS ROBERTO DE ALMEIDA
RECORRENTE	:	MARIO PAULO ARFELLI
RECORRENTE	:	JOAO CARLOS AMBROSIO
RECORRENTE	:	WILSON CARDOSO DA SILVA
RECORRENTE	:	VANTOIL COSTA ARAGOSO
RECORRENTE	:	RAFAEL OKIYAMA
RECORRENTE	:	VICTOR PAULO REULE
RECORRENTE	:	LUCIANA OLIVA FERNANDES COELHO
ADVOGADOS	:	WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720
		WELLINGTON NEGRI DA SILVA E OUTRO(S) - SP237006
RECORRIDO	:	FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO	:	SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADOR	:	CAIO AUGUSTO NUNES DE CARVALHO E OUTRO(S) - SP302130
AGRAVANTE	:	FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
AGRAVANTE	:	SAO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV
PROCURADOR	:	ANA CARLA MALHEIROS RIBEIRO E OUTRO(S) - SP181735
AGRAVADO	:	ALVARO MARTINS GONCALVES
AGRAVADO	:	RAMIRO DOS SANTOS PRIOR
AGRAVADO	:	MARCOS ROBERTO DE ALMEIDA
AGRAVADO	:	MARIO PAULO ARFELLI
AGRAVADO	:	JOAO CARLOS AMBROSIO
AGRAVADO	:	WILSON CARDOSO DA SILVA
AGRAVADO	:	VANTOIL COSTA ARAGOSO
AGRAVADO	:	RAFAEL OKIYAMA
AGRAVADO	:	VICTOR PAULO REULE
AGRAVADO	:	LUCIANA OLIVA FERNANDES COELHO
ADVOGADOS	:	WELLINGTON DE LIMA ISHIBASHI - SP229720
		WELLINGTON NEGRI DA SILVA E OUTRO(S) - SP237006

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por ALVARO MARTINS GONÇALVES e OUTROS, com fundamento nas alíneas **a** e **c** do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

> "POLICIAIS MILITARES. Quinquênios e sexta-parte sobre os vencimentos integrais de período anterior ao ajuizamento de mandado de segurança coletivo por associação de policiais militares. Ação proposta por policiais militares da ativa e por inativos. Ilegitimidade passiva de SPPREV, dado que no período a que se refere a postulação, de 29-08-2003 a 28-08-2008, ainda eram do Estado os encargos das

> aposentadorias de todos os servidores públicos estaduais. Não ocorrência do trânsito em julgado no mandado de segurança coletivo que não constitui óbice à demanda pelo período anterior ao seu ajuizamento. Não é caso de suspensão do processo porque haverá nova incursão no pedido e na causa de pedir, atendendo, ainda, à garantia de inafastabilidade da jurisdição. Ressalvado entendimento em contrário, adota-se a orientação fixada pelo Superior Tribunal de Justiça, pela interrupção da prescrição com o ajuizamento do mandado de segurança coletivo, cujo prazo voltará a fluir, pela metade, após o trânsito em julgado no referido processo. Legitimidade ativa. Repercussão geral que não abrange essa hipótese. Legitimidade extraordinária da associação no mandado de segurança coletivo. Não se exige autorização expressa dos associados, nem comprovação do momento da filiação e tampouco apresentação de rol dos associados. Toda a categoria é beneficiada. Matéria de fundo. Quinquênios e sexta parte. Incidência sobre todas as verbas não eventuais que integram a remuneração regular dos servidores e os proventos de aposentadoria. Cabimento. Regramento do artigo 129 da Constituição do Estado aplicável também aos servidores militares. Norma de superior hierarquia que prevalece sobre o dimensionamento mais restrito da Lei Complementar 731/1993. Precedentes. Adicional de Insalubridade e Adicional de Local de Exercício que integram a remuneração dos policiais militares em caráter regular e por isso serão considerados para efeito dos quinquênios e da sexta-parte. Juros de mora partir da citação, não abrangendo o período anterior do mandado de segurança coletivo. Honorários advocatícios majorados em razão do recurso. Para evitar repetição de embargos de declaração com objetivo de acesso aos tribunais superiores, são abordados os questionamentos que neles vêm sendo formulados. Não provido o recurso dos autores e parcialmente providos o dos entes públicos e o reexame necessário, para extinguir o processo, por ilegitimidade passiva, em relação a SPPREV, com determinação no tocante aos honorários advocatícios recursais" (fl. 243e).

Opostos Embargos de Declaração em face do decisum, não foram conhecidos, nos seguintes termos:

> "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Expressamente abordados pelo acórdão embargado os aspectos suscitados, inclusive chamando a atenção, na parte final da ementa, que se fazia para tentar evitar a repetição de embargos de declaração com objetivo de acesso aos

> tribunais superiores, em relação aos questionamentos que vinham sendo feitos por esse meio. Falta de interesse recursal. Embargos não conhecidos" (fl. 337e).

Nas razões do Recurso Especial, a parte ora recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação do **art. 219, do CPC/73, e dos arts. 202, I, e 405 do Código Civil,** ao fundamento de que "o termo inicial dos juros de mora deve ser fixado na data da notificação da autoridade coatora do mandado de segurança que a embasou, porquanto é este o momento em que se constituição em mora do devedor quanto ao pagamento dos efeitos patrimoniais vindicados" (fl. 303e).

Por fim, requer "se digne Vossas Excelência, em receber o presente recurso, processando-o para julgamento, para dele conhecer e prover com o fito de reformar o v. acórdão ora combatido, para fixar a data da notificação da autoridade coatora no *writ* coletivo como termo inicial dos juros de mora na presente ação ordinária de cobrança, pois é o momento em que se efetiva a interrupção do prazo prescricional e a evidente constituição em mora do devedor" (fl. 310e).

Contrarrazões a fls. 345/352e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 403/404e).

A irresignação merece prosperar.

Na origem, trata-se de Ação de Cobrança ajuizada pela parte ora recorrente, com o objetivo de obter o "pagamento das parcelas vencidas e não pagas entre o período de 29/08/2003 até 28/08/2008, a título de recálculo dos adicionais temporais (quinquênio e sexta-parte), obedecendo o que restou julgado no writ de n° 0600593- 40.2008.8.26.0053" (fl. 8e).

Julgado procedente o pedido (fls. 164/172e), recorreram ambas as partes, tendo por objeto o recurso dos autores apenas o termo inicial dos juros de mora (fls. 174/214e), tendo sido reformada, em parte, pelo Tribunal local (fls. 242/261e).

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Com efeito, o acórdão regional, ao decidir a controvérsia, assentou, **in verbis**:

> "A incidência dos juros de mora pressupõe prévia constituição do devedor em mora, fora da hipótese do 'dies interpellat pro homine', e como os efeitos pecuniários do mandado de segurança coletivo são restritos ao período posterior ao ajuizamento, em relação ao período anterior, não abrangido pelo mandado de segurança coletivo, a constituição do devedor em mora se deu somente com a sua citação para esse período anterior, não abrangido pelo mandado de segurança coletivo" (fl. 258e).

Contudo, o acórdão regional **destoou do entendimento dominante**

firmado no âmbito desta Corte, segundo o qual **"o termo inicial dos juros de mora da ação de cobrança, lastreada no direito reconhecido na via mandamental, deve ser fixado na data da notificação da autoridade coatora no 'writ', pois é o momento em que, nos termos do art. 219 do Diploma Processual, ocorre a interrupção do prazo prescricional e a constituição em mora do devedor"** (STJ, REsp 1.151.873/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJe de 23/03/2012).

No mesmo sentido:

> "ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO DIREITO RECONHECIDO NA VIA MANDAMENTAL. **AÇÃO DE COBRANÇA DAS PARCELAS ANTERIORES À IMPETRAÇÃO.** PRESCRIÇÃO. AJUIZAMENTO DO WRIT. CAUSA INTERRUPTIVA DO PRAZO PRESCRICIONAL. **TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. NOTIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COATORA QUANDO DA IMPETRAÇÃO DO MANDAMUS.**
> (...)
> 2. Por fim, acerca do momento da citação válida, sem razão ao recorrente, tendo em vista que **o Superior Tribunal de Justiça declarou o termo inicial dos juros de mora, consequentes de ação de cobrança dos valores pretéritos ao mandado de segurança, é o momento em que a autoridade coatora é notificada no writ.** Ademais, asseverou que a impetração do *mandamus* interrompe a fluência do prazo prescricional no tocante à ação ordinária de cobrança.
> 3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.711.432/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/08/2018).

Ainda, monocraticamente: STJ, AREsp 1.197.341/SP, rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 06/11/2017; AREsp 1.197.341/SP, rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 06/11/2017; REsp 1.683.160/SP, rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, DJe de 10/10/2017; REsp 1.692.517/SP, rel. Ministro OG FERNANDES, DJe de 22/09/2017; REsp 1.684.247/SP, rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 28/08/2017; REsp 1.681.279/SP, rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe de 03/08/2017; REsp 1.235.178/RJ, rel. Ministro GURGEL DE FARIA, DJe de 01/07/2016.

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na **Súmula 568/STJ**, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, nos termos da fundamentação.

I.

Brasília (DF), 13 de junho de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora